

29 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Juíza de Londrina é punida com aposentadoria compulsória

À frente da 3ª Vara Criminal,
Oneide Negrão de Freitas
teria "engavetado" quase

100 processos

Lorlane Comeli

Reportagem Local

Por unanimidade, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, em sessão na última segunda-feira, aplicou pena máxima à juíza Oneide Negrão de Freitas, que era titular da 3ª Vara Criminal de Londrina até 13 de setembro do ano passado, quando foi afastada sob suspeita de falta disciplinar. Ela foi aposentada compulsoriamente, o que significa que não poderá voltar a ocupar o cargo de juíza, mas receberá aposentadoria proporcional ao tempo que trabalhou - mais de 30 anos, segundo seu advogado, Elias Mattar Assad, e receberá, portanto, salário integral.

O processo tramitou em segredo de Justiça, outro privilégio concedido aos magistrados. Porém, segundo Assad, os desembargadores "entenderam que ela não fiscalizou como deveria os atos de seus subordinados no cartório".

"Mas não tem ato de desonestidade atribuído à juíza", disse. "Não concordo com esta decisão e vou recorrer ao Conselho Nacional de Justiça", antecipou.

Quando Oneide foi afastada por determinação da Corregedoria do TJ, fontes ligadas ao Judiciário informaram que recaíam sobre ela suspeitas de engavetamento de cerca de 90 processos, incluindo procedimentos urgentes, como providências sobre réus presos e mandados de busca e apreensão.

A investigação começou quando funcionários do cartório destrancaram gavetas nas quais estavam os procedimentos paralisados há vários meses. A magistrada teria agido com a colaboração do então escrivão Ademir Aguayo, pessoa de sua confiança que insistia em manter na 3ª Vara Criminal, mesmo quando o TJ designou um escrivão concursado para a serventia. Ao saber do fato, o TJ transferiu Aguayo para outro setor do Fórum.

Em junho deste ano, promotores de Londrina apresentaram denúncia contra o servidor, acusando-o de peculato, falsidade ideológica, usurpação de função pública e extravio ou sonegação de documento público. A ação tramita na 5ª Vara Criminal.

29 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Profecia

Dentre as anomalias detectadas pelo CNJ no Paraná estava a ausência de cuidados nos fóruns quanto à guarda de armamentos. Pegou mal para o TJ outra vez, pois de nada adiantou a recomendação. Aliás o TJ costuma contestar o CNJ e só tem se dado mal como sucedeu com a licitação do Fórum Cível.

OPINIÃO DO LEITOR

Armas em local impróprio

Com relação à matéria "Ladrões invadem Fórum e roubam cerca de 300 armas" (Geral, 25/11), e o Fórum de Colombo é lugar para armazenar armas? Que seja responsabilizado quem autorizou este procedimento que colabora com a violência no nosso país.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA (economista) - Londrina

29 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Efeito 'cascata'

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou ontem um reajuste de 5% no subsídio de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de 2013. O aumento tem efeito "cascata" - ou seja, abrange juízes e procuradores - e eleva o teto do funcionalismo público dos atuais R\$ 26.723,23 para R\$ 28.059,28. O texto ainda precisa ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça para então ir a plenário.

Novos reajustes

A proposta prevê ainda aumento de outros 5% em 2014 e em 2015, para igualar com o que foi negociado com o Poder Executivo. Dessa forma, o subsídio em 2015 alcançaria os R\$ 30.935,36.

INFORME

Sabatina do STJ

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado sabatinou ontem o procurador de Justiça do Paraná Sérgio Luiz Kukina, indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT) para assumir vaga no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Coube ao senador Alyaro Dias (PSDB) o relatório sobre a indicação dele para a vaga de ministro do STJ. Durante o dia de ontem, era possível ver o tucano comentando a sabatina pela internet, pelo Twitter.

INFORME

Novo procurador

Francisco Soares Dias Filho foi empossado ontem como procurador de Justiça, durante solenidade realizada no gabinete do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, chefe máximo do Ministério Público (MP) do Paraná. Em discurso emocionado, Francisco renovou o compromisso assumido com a instituição quando foi empossado como promotor substituto, há quase três décadas. "Assumir o Ministério Público foi a melhor coisa que eu fiz na vida e a atuação na instituição ainda me abriu as portas para o magistério", disse ele.

Currículo

Membro do MP paranaense desde 1986, Dias Filho atuou, nos últimos 16 anos, na Comarca de Londrina, e há 12 anos na Vara de Execuções Penais. No início da carreira, antes de ser promovido para Londrina, passou pelas comarcas de Laranjeiras do Sul, Paraíso do Norte, Paranavaí e Apucarana. É mestre em Direito e Relações Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É professor da Fempar desde 1991 e da Unopar desde o ano 2000.

29 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Vereadores eleitos podem não tomar posse em Colombo

Paula Barbosa Ocaña
Reportagem Local

Nem todos os 21 vereadores eleitos em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba) nas eleições de outubro último vão de fato assumir uma cadeira no Legislativo a partir de 2013. Isso porque uma sentença assinada pela juíza da 2ª Vara Cível de Colombo, Letícia Zétola Portes, reconheceu como irregular a votação da emenda que aumentou o número de cadeiras parlamentares de 13 para 21. A emenda foi aprovada pela Câmara de Vereadores de forma unânime em junho de 2010.

A juíza acatou uma ação popular, que sustenta que houve dois erros no processo. O primeiro ocorreu porque a matéria, de autoria da Mesa Executiva, foi assinada por quatro parlamentares - e não por dois terços (cinco parlamentares), como determina a lei. Outro erro teria sido o tempo entre a primeira e a segunda votação da matéria. Os parlamentares fizeram os dois turnos de votação no mesmo dia, quando a lei determina um prazo de dez dias. A magistrada determinou que somente 13 parlamentares sejam diplomados no município.

O atual presidente da Casa, vereador Onéias Ribeiro (PT), alegou que na época os erros passaram "despercebidos" por todos os parlamentares. Segundo ele, a Mesa Executiva anterior errou na coleta de assinaturas e em não retirar o processo de pauta, mas "não de forma proposital", garantiu. "A matéria foi votada em primeiro turno em uma sessão ordinária, feita pela manhã, e pouco depois, na mesma manhã, em uma sessão extraordinária", explicou. Segundo o vereador, "ninguém se atentou ao erro".

A procuradoria da Casa ainda analisa se vai recorrer da decisão. "Estamos analisando com cuidado, mas, independente disso, vereadores eleitos que agora ficaram de fora já estão recorrendo", antecipou. Um dado curioso é que, o vereador mais votado de Colombo, José Renato, conhecido como Pelé (PTB), com 2.032 votos, ficará de fora com o novo quociente eleitoral. "Com 21 cadeiras, eram necessários 5 mil votos, mas com 13 cadeiras são necessários 8 mil. A coligação dele não conquistou isso, então ele e o quarto candidato mais votado, também do PTB, ficaram de fora", contou.

29 NOV 2012

GAZETA DO POVO

CELSONO NASCIMENTO

Suspensa licitação para radar quase cego

O desembargador Paulo Hapner decidiu suspender outra vez a licitação da prefeitura que pretende implantar novo sistema de radar em Curitiba em substituição ao atual, que ainda utiliza equipamentos de propriedade da Consilux — empresa com a qual o prefeito Luciano Ducci rompeu contrato para a prestação do serviço de fiscalização do trânsito em março do ano passado após denúncias (não conferidas) de manipulação de registros de multas.

A ação que obteve liminar de Hapner foi impetrada pela Fiscal Tecnologia, que se considerou prejudicada pelo suposto direcionamento do edital em favor do consórcio Indra-Iessa-Velsis, declarado vencedor. A decisão contraria outra, baixada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri, que reconhecia o direito da prefeitura de manter a licitação.

Agora, tudo volta à estaca zero, pelo menos até o julgamento do mérito das ações que tramitam no primeiro grau. Ou seja: a Consilux, embora já sem contrato, continua recebendo recursos do município para manter seus equipamentos em funcionamento e prestar a assistência técnica necessária. Na prática, portanto, embora tenha sido colocada sob suspeita, é quem ainda atua no setor.

Mas, além do suposto direcionamento, há outras questões pendentes de decisão judicial e que — se o atual ou o próximo prefeito não mandar anular tudo o que já se fez até agora — tendem a perpetuar a precária situação presente. As outras questões dizem respeito à confiabilidade do sistema apresentado pelo consórcio vencedor e, estranhamente, reconhecida como satisfatória e aprovada pela comissão de licitação.

O edital 082/2011 pretendia comprar os equipamentos oferecidos pelo consórcio ao preço de R\$ 28 milhões. A tecnologia, embora mais moderna (transmissão de dados sem fio, o que evita esburacar as ruas para instalar cabos de fibra ótica), apresentou resultados sofríveis nos testes feitos pela prefeitura. Para se ter ideia da deficiência, cita-se uma das constatações: os equipamentos foram incapazes de registrar, em período noturno, 95% das placas dos veículos que passaram sob os radares!

De um total de 8.728 veículos que transitaram pelos locais de teste, registraram-se 5.575 erros de leitura — isto é, os acertos foram de apenas 37%. O radar é quase cego. Ainda assim, a prefeitura insiste em adquirir o equipamento, como demonstram os recursos que impetra contra as decisões judiciais que reconhecem liminarmente as irregularidades formais e técnicas da licitação.

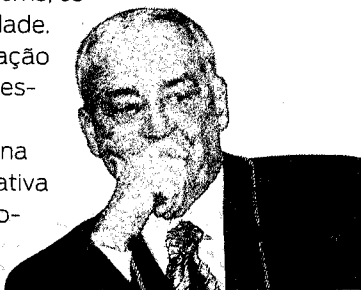
GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

29 NOV 2012

Sem privilégio

Ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público contra o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC) Hermas Brandão (foto) será julgada pela Justiça de 1º grau. Esse foi o entendimento do desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná Leonel Cunha, que no último dia 23 reformou a decisão que previa foro privilegiado para Hermas nas ações de improbidade. A Constituição Federal prevê prerrogativa de foro para conselheiros de TCs que respondem a processos criminais. Pela lei, eles são julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Constituição, no entanto, não estende o foro para casos de ações civis, como os de improbidade. O MP entrou com ação contra Hermas no escândalo envolvendo irregularidades na Assembleia Legislativa – caso que ficou conhecido como Diários Secretos.



Altas...

A decisão também atinge o ex-diretor da Assembleia Miguel Abib e os deputados estaduais Nelson Justus (DEM) e Alexandre Curi (PMDB). Todos são réus na mesma ação, em que são acusados de deixar de publicar informações sobre atos do Legislativo paranaense.

Em tramitação

O governo do estado enviou ontem à Assembleia Legislativa o projeto de lei que prevê a reestruturação do plano de custeio da Parana Previdência, órgão responsável por administrar e pagar as aposentadorias dos servidores estaduais e pensões dos dependentes deles. A proposta aumenta a contribuição mínima mensal dos servidores ativos de 10% para 11% do salário e cria um fundo de previdência específico para os policiais militares. A estimativa é de que o rombo nas contas do órgão seja de R\$ 7,3 bilhões.

Sabatinado

Indicado pela presidente Dilma Rousseff para uma vaga no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o paranaense Sérgio Kukina foi sabatinado ontem no Senado Federal. O procurador de Justiça, que foi aprovado pelos senadores, irá ocupar a vaga do ministro Hamilton Carvalhido, que se aposentou.

CELSONASCIMENTO

Herança 3

Duas ações judiciais promovidas pelo Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp) tramitam em varas da Fazenda Pública para obrigar a Urbs a pagar a diferença, que tende a crescer ainda mais a partir de fevereiro quando do dissídio coletivo de motoristas e cobradores. O aumento salarial fatalmente se refletirá na tarifa – que será tanto maior ou menor dependendo da garantia do governo estadual de subsidiar o sistema.

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-alimentação

Sobre o reajuste do auxílio-alimentação dos servidores do MP e da Justiça (**Gazeta**, 27/11), acho que deveria haver a equiparação de benefícios entre os três poderes. Enquanto o Judiciário e MP recebem aumento do vale-alimentação, os servidores do Executivo recebem um valor que mal paga as refeições nos restaurantes mais baratos.

José Osmar Klein Júnior

29 NOV 2012

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Comissão da Câmara aprova reajuste de 5% para ministros do STF

! A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou projeto reajustando para 2013 o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Procurador-Geral da República dos atuais R\$ 26.723,13 para R\$ 28.059,29. O aumento representando um reajuste de 5%, conforme propôs a presidente Dilma Rousseff no Orçamento para o próximo ano. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara antes de seguir para o plenário da Casa. O projeto também segue os reajustes salariais até 2015 negociados pelo governo com os servidores públicos, prevenido 15,8% distribuídos em três anos. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2014, os ministros do Supremo passarão a receber R\$ 29.462,25, e o salário será de R\$ 30.935,36 a partir de 1º de janeiro de 2015. O reajuste foi menor do que o pretendido pelo Supremo.

JUSTIÇA

Dois são condenados por morte de sem-terra

! Após 14 anos do assassinato do sem-terra Sebastião Camargo em Marilena, no Noroeste do Paraná, dois homens foram condenados, em júri popular realizado entre terça-feira e ontem no Tribunal de Justiça do Paraná, em Curitiba. Osniir Sanches pegou 13 anos de prisão e Teissin Tina, seis. Eles poderão recorrer em liberdade. Os dois foram condenados por homicídio simples. Além disso, Sanches foi sentenciado por manter empresa que recrutava jagunços e executar despejos ilegais. O outro condenado, Teissin Tina, era dono da fazenda onde o sem-terra foi assassinado.

Julgamento sobre acidente da TAM será em agosto

! O julgamento dos acusados de serem os responsáveis pelo acidente com um avião da TAM, no Aeroporto de Congonhas, em 2007, que deixou 199 mortos, foi marcado para os dias 7 e 8 de agosto de 2013. Os réus são a então diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Denise Abreu, e os ex-diretores da companhia aérea Alberto Fajerman e Marco Aurélio dos Santos de Miranda e Castro. Eles respondem por "atentado contra a segurança no transporte aéreo".

Abuso começou após desavença banal, diz família agredida pela PM

Moradores faziam festa quando viatura abordou moto. Não houve perseguição, conforme a versão oficial da polícia

*Raphael Marchiori,
especial para a Gazeta do Povo*

▮ A família que teve a casa invadida e que acusa policiais militares de agressão negou que tenha havido perseguição a um motociclista sem capacete, tese defendida pelos PMs para justificar a entrada no imóvel na Rua Rio Guaíba, no Bairro Alto, em Curitiba. De acordo com as vítimas, o homem fez barulhos com o acelerador da moto quando uma viatura passou e isso teria motivado a abordagem policial.

“Ele [o motociclista] estava em frente da nossa casa. Quando a PM fez a abordagem, ele se negou a entregar o documento da moto e entrou na nossa casa, onde estávamos fazendo um churrasco para celebrar o acesso do Atlético [à 1.ª divisão do Brasileiro]”, disse Zumira da Silva, 58 anos, dona do imóvel invadido pelos policiais Militares. De acordo com ela, a confraternização reunia vários parentes, inclusive alguns que moram em

Piraquara, como a mãe dela, de 71 anos. Após o jogo entre Atlético e Paraná, cerca de 30 pessoas se concentraram em frente a casa da família.

Ainda segundo a família, após uma primeira negociação entre os policiais e o motociclista, pelo menos mais de dez viaturas chegaram no local antes de entrarem à força na residência. “Eles chegaram batendo em todo mundo, acertaram minha sobrinha que tem deficiência nas pernas e minha mãe”, disse Zumira.

Com a aglomeração de pessoas, a família conta que pelo menos mais três casas teriam sido invadidas. Uma delas foi a de Valmir Adolfo Espírito Santo dos Santos, que mora a cerca de 50 metros da casa de Zumira. Com 26 anos, ele mora com a irmã e é deficiente mental. “Fui questionar porque estavam batendo nas pessoas. Quando voltei para minha casa, sete policiais invadiram a sala, me puxaram pela perna e me espancaram na rua”, contou Santos.

Ontem, o neto de Zumira, que prefere não se identificar, ainda carregava no corpo as marcas da abordagem da Polícia Militar. “Eles nos batiam e chamavam de “beira de rio”, “favelado”. O pior é que são os PMs do batalhão

aqui do bairro, que vejo fazendo a ronda. Não consigo dizer os nomes porque eles tinham tirado as tarjetas [da farda]”, criticou o jovem de 20 anos.

O caso de abuso policial foi denunciado por meio de um vídeo na internet no qual a advogada Andréia Vítor acusa os policiais de espancamento, tortura e injúria racial.

INQUÉRITO

PM quer ouvir acusados antes de decidir afastá-los

Nenhum policial militar envolvido no caso foi afastado até agora. Quinze PMs teriam participado da ocorrência policial no Bairro Alto. O comandante do 20.º Batalhão da PM (ao qual pertencem os acusados), major Vanderley Rothenburg, informou que ninguém será afastado enquanto não for ouvido no inquérito policial militar (IPM) aberto na terça-feira. Segundo ele, os fatos serão avaliados e, após isso, será decidido pelo afastamento. Em Foz, o governador Beto Richa chegou a dizer que os PMs já estavam afastados. Segundo o corregedor-geral da PM, coronel Marcos Kogut, está claro que houve abuso por parte de alguns policiais, mas é preciso saber identificar para afastá-los sem injustiças. “Eu vi algumas imagens. Temos abusos por parte de todos os envolvidos, comunidade e policiais”, disse. O IPM deve ser concluído em até 40 dias. /

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 NOV 2012

TRUCULÊNCIA

Cinco denúncias de excesso da Polícia Militar foram registradas em novembro:

1º nov - O advogado Luciano Milani Neckel teria sido agredido dentro de uma delegacia de Cascavel por um PM do Pelotão de Choque. Ele acompanhava um cliente preso por não pagar a pensão alimentícia.

17 nov - A estudante Ana Paula foi dominada com violência e empurrada contra uma porta de ferro enquanto filmava com o celular a abordagem de policiais a torcedores do Coritiba, na capital.

22 nov - PM usaram spray de pimenta e empurraram funcionários da Copel que fecharam o trânsito na Rua Coronel Dulcídio durante um protesto em Curitiba.

22 nov - Policiais militares disparam balas de borracha e gás lacrimogêneo para conter uma confusão na festa de encerramento do ano letivo dos estudantes da Universidade Paranaense (Unipar) de Toledo, no Oeste do Paraná.

24 nov - Policiais invadiram casa, agrediram moradores e vizinhos, entre eles uma idosa e uma pessoa com deficiência, no Bairro Alto, em Curitiba.

36 PMS

foram excluídos da corporação por desvios de conduta neste ano contra 19 em todo o ano passado, segundo o coronel Marcos César Vinícius Kogut, corregedor-geral da PM. Além disso, segundo ele, aumentou o número de inquéritos policiais militares (IPM). No ano passado foram abertos 591 contra 625 em 2012. Apesar do aumento de exclusões e IPMs, Kogut acredita que a polícia não está mais violenta. O oficial defende a tese de que a Corregedoria da PM melhorou e que a população tem denunciado mais.

Serviço

A Corregedoria recebe denúncias pelo telefone 0800-643-7090.

“Eles nos batiam e chamavam de ‘beira de rio’, de ‘favelado’. O pior é que são PMs do batalhão aqui do bairro, que vejo fazendo a ronda. Não consigo dizer os nomes porque eles tiraram as tarjetas [da farda].”

Vítima de agressão, de 20 anos, que pediu anonimato.

CONTINUA

29 NOV 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Richa e OAB-PR cobram punição após 5.º caso de excesso policial

Diego Ribeiro, Patrícia Pereira e
Denise Paro, da sucursal de Foz
do Iguaçu

O quinto caso de ação truculenta de policiais militares em menos de um mês ligou um sinal de alerta na corporação. De acordo com o corregedor-geral da PM, coronel Marcos César Vinícius Kogut, os episódios não são casos isolados, mas ainda não há uma avaliação concreta do que está acontecendo. “Ter um ou dois [casos de abuso policial] por mês já preocupa. Mas quando é contínuo ascende a luz de alerta e o comandante está preocupado com isso”, disse, em entrevista coletiva. “Não estamos no Afeganistão. A Polícia precisa ter mandado para entrar na casa das pessoas e aquela situação não remetia a qualquer perigo”, disse o presidente da seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil entidade, José Lúcio Glomb, criticando a entrada da PM na casa sem mandado judicial.

Glomb também reclamou da prisão da advogada Andréia Cândido Vitor, que estava no local da confusão no Bairro Alto. “Ela solicitou a presença de um advogado da OAB e não foi atendida. Ela não poderia ter sido presa daquela forma e ainda foi vítima de preconceito racial, o que é um crime inafiançável”. Ele pediu o afastamento imediato dos policiais envolvidos.

Em Foz do Iguaçu para um evento, o governador Beto Richa cobrou uma investigação rigorosa do caso. “Havendo realmente a responsabilidade



Glomb, da OAB-PR: “Não estamos no Afeganistão.”

destes policiais que eles sejam punidos até de forma exemplar para que não aconteça mais”, afirmou.

De acordo com Kogut, esses casos podem demonstrar uma falha na capacitação dos policiais. “Estamos estudando para saber se há falha em capacitação para que a corporação não tenha tantas denúncias seguidas.” A tese, porém, é rechaçada por Richa. “Nossos policiais recebem uma boa formação, com forte conteúdo de direitos humanos. No entanto, excessos podem acontecer.”

Investigação

O Grupo Especial de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná, recebeu formalmente a denúncia sobre a denúncia de agressão, tortura e racismo contra moradores do Bairro Alto. O promotor Leonir Batisti, coordenador do grupo, disse que há indícios de excessos da PM. “Vamos investigar, individualizando condutas, ou seja, identificando o que cada um dos policiais fez”, disse. Batisti adiantou que os PMs identificados a partir das imagens podem ser submetidos a procedimento de reconhecimento pessoal.

29 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Desagravo inoportuno

O único bom efeito do ato pró-José Dirceu que ocorrerá em Curitiba será a identificação inequívoca dos petistas paranaenses coniventes com o *modus operandi* mensaleiro.

Curitiba será a primeira cidade fora do estado de São Paulo a receber um ato de desagravo ao mensaleiro condenado José Dirceu, segundo informações publicadas ontem pela *Gazeta do Povo*. O episódio, que tem tudo para se tornar um dos pontos baixos da história política paranaense, é organizado por petistas, embora o próprio partido esteja tirando o corpo fora: o presidente estadual da legenda, Ênio Verri, afirmou que não se trata de um evento formal do PT. Verri já confirmou sua presença, justificada pelo “companheirismo” e pelo “respeito à história política” de Dirceu, sem explicar se o mensalão — ou a formação de “caixa dois”, a justificativa dos acusados para atenuar sua culpa — também se insere nessa história política, que terá como próximo capítulo o cumprimento de parte da pena em regime fechado, destino igual ao de outros 13 dos 25 réus condenados pelo STF (incluindo Delúbio Soares e João Paulo Cunha) no julgamento, cuja fase de dosimetria terminou ontem.

Os eventos de desagravo, que já começaram em solo paulista, parecem ser a estratégia escolhida por Dirceu e pelo próprio PT — por mais que o partido alegue não haver envolvimento formal com os atos pró-mensaleiros — para “conter a partidarização do Judiciário”, como dizia a triste nota emitida pela Executiva Nacional do partido em 14 de novembro. Em encontro com mais de mil participantes em Osasco (SP), Dirceu pediu à militância um “julgamento do julgamento” do mensalão. Ou seja, contra um suposto “julgamento partidarizado” feito pelo STF, o corruptor e quadrilheiro pede um “julgamento” não menos partidarizado. Na mais benevolente das hipóteses, trata-se de incoerência, mas há motivos suficientes para considerar que o caso é de pura má-fé, tornando evidente que, para os petistas, a “partidarização do julgamento” não é má por si mesma, mas apenas quando ela toma o “lado errado”, ou seja, aquele do qual o PT discorda.

Não surpreende que o Paraná seja o primeiro estado fora da base política dos mensaleiros petistas a receber um ato de desagravo a Dirceu — basta lembrar o que disseram à *Gazeta do Povo* os principais nomes do PT no estado, em reportagem publicada no último domingo. O próprio Verri declarou apoio integral à nota do PT sobre o julgamento do mensalão, endossando, assim, o pacote completo que trazia um ataque ao Poder Judiciário e afirmava que o STF havia promovido um julgamento de exceção (embora sem usar a expressão) típico de regimes autoritários. Os deputados federais André Vargas, Dr. Rosinha e Angelo Vanhoni foram por caminhos semelhantes — para Vargas, o direito de defesa foi cerceado e os réus foram condenados sem provas; Rosinha e Vanhoni negaram o mensalão e reforçaram a tese do “caixa dois”, com Rosinha ainda defendendo a anistia interna aos mensaleiros. A vice-prefeita eleita de Curitiba, Mirian Gonçalves, que é advogada, preferiu falar em “problemas técnicos” no julgamento, e o deputado estadual Tadeu Veneri atacou a imprensa. É verdade que alguns dos entrevistados defenderam que as decisões do STF sejam acatadas e cumpridas, mas sua eventual participação no ato pró-Dirceu não deixará de revelar um distanciamento entre o discurso e a prática.

Duas semanas atrás, neste mesmo espaço, ao comentar a nota do PT a respeito do julgamento do mensalão, esta *Gazeta do Povo* afirmou que o partido, ao fazer uma veemente defesa dos mensaleiros, se desmascarava e oficializava sua tolerância com a corrupção quando ela serve a seu projeto de poder. Ao mesmo tempo, no entanto, lembrávamos que existem petistas genuinamente comprometidos com a ética na política, e que este era o momento de eles se levantarem para reclamar contra atitudes que só servem para desmoralizar o partido; até agora, infelizmente, isso não ocorreu, mas a confirmação do evento pró-Dirceu abre-lhes uma nova chance. Saber que há petistas contrários ao acinte que se pretende realizar nos próximos dias seria um ganho para a democracia e um estímulo para outros que, compreensivelmente, não se manifestam por saber que o PT costuma ser mais duro com a dissidência que com malfeitos de seus membros.

Na segunda-feira, os paranaenses ainda não terão a oportunidade de identificar quem são os militantes éticos (há milhares de motivos para faltar ao ato de desagravo), mas pelo menos saberão quem valida o *modus operandi* mensaleiro. Afinal, já que não se trata de evento oficial do partido, ninguém estará protocolarmente obrigado a marcar presença: será por livre e espontânea vontade que os participantes estarão prestigiando o chefe de uma quadrilha que levou milhões dos cofres públicos para abastecer um projeto de poder absoluto.

29 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Supremo livra Jefferson de prisão em regime fechado

Ex-deputado teve sua pena reduzida de mais de 10 anos para 7 anos de prisão

Segundo Barbosa, a ação sobre o mensalão jamais teria sido aberta sem a colaboração voluntária de Jefferson

O Supremo Tribunal Federal livrou ontem o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) da prisão em regime fechado, ao considerar que sua colaboração foi fundamental para a revelação do mensalão.

Por esse motivo, os ministros decidiram reduzir sua pena, que havia sido calculada em mais de dez anos, para sete anos de prisão e 14 dias.

Segundo a legislação, condenações acima de oito anos levam ao cumprimento da pena em regime inicialmente fechado. Como a pena de Jefferson ficou abaixo disso, ele começará a cumprir sua punição em regime semiaberto.

Os condenados ao regime semiaberto deveriam cumprir a pena em colônias penais, onde trabalhariam. Como as colônias são raras, eles deveriam migrar para albergues, onde só passariam a noite. Mas, como há poucos albergues, eles em geral recebem a liberdade condicional.

A maioria do STF entendeu que graças às informações prestadas por Jefferson em 2005 em entrevista à **Folha** e

depois em depoimentos à CPI dos Correios, os envolvidos no esquema foram identificados. O petebista apontou o empresário Marcos Valério como o operador de um esquema de pagamento de propina a deputados em troca de apoio ao governo Lula.

Ele também citou os nomes do ex-ministro José Dirceu (Casa Civil), do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e de parlamentares que haviam recebido o dinheiro.

Jefferson sempre negou que o PTB estivesse envolvido no esquema, alegando que os R\$ 4 milhões recebidos pelo partido referiam-se ao pagamento de parte de um acordo eleitoral firmado com o PT.

O STF finalizou na sessão de ontem o cálculo das penas de todos os 25 condenados, mas os ministros ainda precisam resolver questões jurídicas, como a perda de mandatos e a possibilidade de prisão imediata. Tais discussões ocorrerão na próxima semana, quando o julgamento do mensalão completará quatro meses.

COLABORADOR

Segundo o relator do processo e presidente do STF, Joaquim Barbosa, Jefferson "te-

ve um papel importante na elucidação dos fatos".

"É inegável que a presente ação penal jamais teria sido instaurada sem as declarações de Jefferson. Ao revelar um esquema de distribuição de mesadas para a compra de votos tornou-se possível desvendar o plano criminoso."

E completou: "Jefferson prestou com colaboração ao informar os nomes, suas declarações mostraram-se harmônicas com as provas".

O ministro Marco Aurélio Mello chegou a dizer que ele "prestou um grande serviço a esta pátria".

Dos nove ministros do plenário, só o revisor, Ricardo Lewandowski, votou contra qualquer benefício. Para ele, a atitude de Jefferson foi uma "colaboração zero": "Não prestou nenhuma informação relevante que levasse ao deslinde dos delitos e não houve a confissão de culpa espontânea".

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

29 NOV 2012

A PENA DE JEFFERSON

Por ajudar na investigação, delator do mensalão escapa do regime fechado



PENA INICIAL, ANTES DA REDUÇÃO

regime fechado

		TOTAL* 10 anos, 6 meses e 10 dias
Corrupção passiva 4 anos e 1 mês	Lavagem de dinheiro 6 anos, 5 meses e 10 dias	

PENA FINAL, DEPOIS DA REDUÇÃO

regime semiaberto

		TOTAL* 7 anos e 14 dias
Corrupção passiva 2 anos, 8 meses e 20 dias	Lavagem de dinheiro 4 anos, 3 meses e 24 dias	

R\$ 720,8 mil
é o valor da multa que o ex-deputado foi condenado a pagar

FORA DA PRISÃO

Com uma pena maior que 8 anos, o réu iria para a prisão em regime fechado. Como o STF concluiu que as revelações de Jefferson foram fundamentais para a investigação, sua pena foi reduzida em 1/3. Com isso, ele fica em regime semiaberto

POR QUE O EX-DEPUTADO FOI CONDENADO



Acusação

Recebeu R\$ 4,5 milhões do esquema para votar a favor do governo no Congresso, depois de fechar um acordo em que o PT prometeu R\$ 20 milhões para o PTB



Defesa

Nega ter votado a favor do governo em troca de dinheiro. As negociações com o PT faziam parte de um acordo para as eleições municipais de 2004

FOLHA DE S. PAULO

THIAGO BOTTINO

TÂNIA RANGEL

29 NOV 2012

STF entende que a delação premiada não depende das intenções do réu

A delação premiada é uma causa de diminuição de pena para beneficiar réu que colabora com a investigação.

A lei estabelece dois critérios para que ela ocorra: recuperação do produto do crime e identificação de outros autores. Mas há delação premiada sem que o réu concorde?

Roberto Jefferson jamais admitiu que cometera algum crime e não aceita ser tachado como delator. Para Ricardo Lewandowski, não seria o caso de aplicar a redução da pena no caso de Jefferson.

Contudo, os demais ministros decidiram que foi graças ao seu depoimento que a Polícia Federal conheceu e investigou os principais réus. Sem isso não haveria processo do mensalão.

O que o STF decidiu é que a delação premiada não depende das boas (ou más) intenções do réu ou da vontade do acusador. Mas sim o efeito prático da colaboração; das provas obtidas em decorrência dos fatos trazidos pelo réu. Reconhecido que o depoimento foi determinante para identificar os réus, a lei obriga que o juiz reduza a pena.

A decisão traz uma aparente contradição com a que rejeitou a diminuição de pena de Valdemar Costa Neto.

A defesa de Valdemar afirmava que ele confessou os fatos, embora negasse o crime.

Esse ponto foi determinante para o STF não reduzir sua pena. Queriam que ele confessasse o crime de corrupção e não apenas o de caixa dois.

Tanto Jefferson quanto Valdemar confessaram os fatos, mas negaram os crimes. Mas enquanto o primeiro teve a pena reduzida, o segundo teve negado o pedido de redução. Seria um tema para a adequação das penas?

THIAGO BOTTINO E TÂNIA RANGEL são professores da FGV Direito Rio.

FOLHA DE S. PAULO

ÉLIANE CANTANHÊDE 29 NOV 2012

É hora de novos Jefferson

BRASÍLIA - Fim da dosimetria do mensalão, enredo de gato e rato no Senado e surgimento de novos personagens do escândalo Rose a cada dia. Uma fartura de temas.

No derradeiro dia da dosimetria, inverteram-se as posições, com o duro presidente/relator Joaquim Barbosa amenizando a pena do delator Roberto Jefferson em um terço e o flexível revisor Ricardo Lewandowski acusando o réu de “colaboração zero”. Venceu Joaquim mais uma vez.

No Senado, o relator da CPI do Cachoeira, Odair Cunha (PT), recua para retirar o procurador-geral Roberto Gurgel e o jornalista da revista “Veja” de um alvo onde não deveriam estar. Não satisfeitos, o PSDB pressiona para aliviar a barra do governador Marconi Perillo, e o PMDB, a do dono da Delta. Quanto antes esse espetáculo tétrico terminar, melhor.

E a turma da Rose, ou Rosemary Noronha, a poderosa ex-chefe de gabinete do escritório da Presidência em São Paulo, tem ramificações na Anac (aviação civil), na ANA (águas), na Antaq (transportes aquaviários), na Secretaria de Portos e na Advocacia-Geral da União. Por enquanto...

Se as lideranças governistas no Senado deram um jeitinho de aprovar o duplamente reprovado Paulo Vieira para a ANA, agora move montanhas para evitar convocar Paulo, o irmão dele da Anac, Rubens Vieira, o segundo da AGU, José Weber Holanda, e a própria pivô Rose.

Ué?! Por quê? Se Dilma afastou todo mundo e preza a transparência, que deixe que eles falem. Quem sabe um deles não venha a ter redução de um terço da pena, como Roberto Jefferson? Isso, sim, é uma faxina, passando tudo a limpo e garantindo que não continue nem se repita.

É interessante, aliás, como a história de Rose entrelaça novos personagens e outros de velhos carnavais, como o ex-senador Gilberto Miranda e o eterno presidente do PL/PR, Valdemar Costa Neto, réu do mensalão.

Isso só comprova: se é para moralizar, não basta demitir pessoas, é preciso explodir os esquemas.

29 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Mulher é punida pela Justiça por xingar ex-patrões no Orkut

Ex-funcionária de pet shop é condenada pelo TST a pagar R\$ 4.000 por chamar antigos empregadores de 'gordo' e 'corná'; ela nega

Após chamar os ex-patrões de "gordo" e de "corná", pelo Orkut, a ex-funcionária de uma pet shop de Curitiba foi punida pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho). Ela terá de indenizá-los com pagamento de R\$ 4.000 por danos morais.

De acordo com o processo, instruído originalmente na 1ª Vara do Trabalho de Curitiba, após ter deixado a loja veterinária — que também prestava serviço de banho e tosa —, a antiga empregada começou a publicar comentários ofensivos sobre os proprietários na internet.

Além dos palavrões, a ex-funcionária fazia comentários sobre a vida íntima dos dois. Em algumas ocasiões chegou a confessar, on-line, que maltratava os animais atendidos pela clínica, com chutes.

"Ele não manda embora. E, olha, nós zuamos. Eu faltei muito, sempre com atestado, passei até detergente nos olhos e nada. Não limpava banho e tosa e nem a calçada. Ainda bicudava aquelas cadelas malditas, erguia no chute, elas tinham muito medo de mim", dizia uma das mensagens publicadas na rede social.

O veterinário e dono da loja contou à Justiça que foi alertado sobre a má conduta da ex-funcionária e que, por isso, passou a acessar seus comentários na rede social.

Ao defender-se, a empregada negou que tenha feito comentário e alegou que merecia ser indenizada, também por danos morais, já que estava sendo acusada injustamente pelos ex-patrões.

Mesmo sem a ex-funcionária citar os nomes das pessoas, nem do estabelecimento, os juízes entenderam que havia provas contra ela.

O ministro do TST Emmanuel Pereira, relator do caso, destacou que o conteúdo era grave e revelava confissões de mau comportamento.

Para os ministros integrantes da 5ª Turma do tribunal, a conduta desleal e antiética da trabalhadora, inclusive a confissão de crime de maus tratos a animais, causou prejuízo moral aos proprietários da pet shop, principalmente "sabendo-se que o número de acessos em tais redes é tão desconhecido quanto incontável".

29 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANA CALMON NÃO DESCARTA URNA APÓS TOGA

Antes refratária a entrar na política, ministra diz que vai guardar convite do PPS para 2014

Com o ativo político de ter sido a xerife do Judiciário nos últimos dois anos, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon, pode, em 2014, dedicar-se à vida política e disputar eleições pela Bahia. Ontem, em café na manhã na Câmara dos Deputados, Eliana foi sondada pelo PPS e deixou a porta aberta.

Ao longo de seu mandato no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quando falou da existência de “bandidos de toga” e abriu uma crise com entidades de classe da magistratura, Eliana Calmon negava a possibilidade de se filiar a um partido político e disputar eleições. Ontem, porém, a ministra admitiu a possibilidade.

O líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), perguntou a data da aposentadoria da ministra e afirmou que o partido lhe ofereceria a legenda para, se quiser, disputar as eleições já em 2014. Ela afirmou que avaliará a oferta assim que se aposentar.

Eliana Calmon completa 70 anos em novembro de 2014. E não acredita que o Congresso, até lá, aprovará a chamada PEC da Bengala, que aumentaria para 75 anos a idade limite para a aposentadoria compulsória no serviço público. Para eventualmente se candidatar ainda em 2014, ela teria de antecipar sua aposentadoria.

A ministra recebeu o convite para uma conversa com o PPS e aproveitou a reunião para defender a inclusão de uma emenda no Orçamento do próximo ano que destinasse recursos para a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que ela dirige.

Eliana ainda alertou que o Congresso deve redobrar a cautela na votação das próximas indicações de integrantes do Conselho Nacional de Justiça. Em junho, quando ainda estava na corregedoria, a ministra afirmou que, por não conseguirem reduzir os poderes do CNJ, entidades corporativas e “elites”, nas palavras dela, começariam a trabalhar pela indicação de conselheiros que pudessem inviabilizar os trabalhos do órgão.

“Antes, os órgãos de controle existiam para não funcionar. A interferência política é muito forte, mas esta realidade está mudando aos poucos. Aquelas elitizadas que dominavam ainda não desistiram. Elas atacam sutilmente, como cupins, para implodir o CNJ. Por isso, precisamos ser vigilantes”, disse ela, em uma palestra no Seminário Nacional de Probidade Administrativa.

O ESTADO DE S. PAULO

OAB paulista escolhe hoje novo presidente

29 NOV 2012

Ao fim de três meses de uma campanha tensa, marcada por ataques mútuos e ações na Justiça, três candidatos concorrem hoje à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil – seção São Paulo. Com apoio do atual presidente, Luiz Flávio D’Urso, o advogado Marcos da Costa disputa com os opositoristas Alberto Toron e Ricardo Sayeg os votos de 250 mil advogados aptos a votar em todo o Estado.

Já no início da campanha Toron e Sayeg recorreram à Justiça para ter acesso à lista de e-mails dos advogados cadastrados na Ordem. Alegavam que Costa, que foi presidente interino entre junho e outubro – quando D’Urso foi candidato a vice-prefeito na chapa de Celso Russomanno (PRB) –, apossou-se do cadastro para fazer contato com os eleitores. “Só ontem (*anteontem*) conseguimos acesso à lista”, disse Sayeg ao **Estado**. Ele promete, se eleito, “reconciliar a advocacia com a população”.

Costa foi também à Justiça, acusando Toron de falsidade ideológica – pois ele se apresentava como professor da PUC-SP, da qual havia sido demitido. Toron foi acusado também de se aproveitar do mensalão, onde defendeu João Paulo Cunha, para aparecer na mídia.

Toron reagiu, em seu site de campanha, com duros ataques ao candidato da situação. “Responsável pela situação lastimável do convênio da assistência judiciária (...) Marcos da Costa age sorrateiramente para acabar com ele”, acusa.

Costa nega o clima de tensão e diz que seu único objetivo na campanha foi fazer um balanço das realizações do antecessor e apresentar suas propostas – entre as quais destaca a valorização da categoria. “Se me eleger, serei o presidente de todos os advogados”, garantiu o candidato.

Justiça marca para agosto julgamento do acidente da TAM em Congonhas

O julgamento dos acusados de serem os responsáveis pela tragédia da TAM, que matou 199 pessoas no Aeroporto de Congonhas em 2007, foi marcado para os dias 7 e 8 de agosto do ano que vem.

De acordo com a assessoria da 8.ª Vara Criminal Federal de São Paulo, onde corre o processo, o juiz Márcio Assad Guardia deve dar sua sentença nesses dias.

Os réus são a então diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Denise Abreu, e os ex-diretores da companhia TAM Alberto Fajerman e Marco Aurélio dos Santos de Miranda e Castro.

Eles respondem por “atentado contra a segurança no transporte aéreo”.

29 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninha

Colombo pode voltar a ter 13 vereadores

Oito vereadores eleitos podem não assumir suas cadeiras na Câmara Municipal de Colombo quando a nova legislatura tiver início, em 1.º de janeiro. Decisão judicial expedida pela juíza Letícia Zétola Portes, da 2.ª Secretaria do Cível de Colombo, determina que somente treze vereadores assumam os cargos, respeitando a quantidade anterior à aprovação do projeto de lei que estabeleceu o aumento das cadeiras para 21. A sentença atende a um pedido dos cidadãos colombenses, apresentado em ação popular.

De acordo com a juíza, a aprovação da lei se deu de maneira inconstitucional. "Houve inobservância dos preceitos formais quando da tramitação da norma impugnada de modo que se impõe a nulidade da mesma", justifica. O projeto foi aprovado com menos de um terço dos vereadores presentes e o segundo turno da votação foi realizado no mesmo dia. Como esta alteração está relacionada à Lei Orgânica do município, a segunda votação só pode acontecer dez dias após a primeira.

A Câmara tem prazo de 15 dias para recorrer. A população pretende acompanhar o caso para cobrar que a decisão seja mantida, explica o padre Marcos Just. Ele e outros representantes da comunidade já tinham ido à Câmara pedir esclarecimentos. "Toda a população está preocupada com custos que essa mudança vai trazer para o erário público", comenta. Procurado pela Tribuna, o presidente da Câmara, vereador Onéias Ribeiro, não foi encontrado.

29 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Preso do regime semiaberto é suspeito de comandar "importação" e distribuição de cocaína, executadas por seu filho, detido no Mato Grosso do Sul

Escritório na Colônia Penal

A Polícia Federal descobriu um esquema de tráfico internacional de drogas comandado de dentro da Colônia Penal Agroindustrial, em Pirapora, conforme a instituição divulgou ontem. O sul-matogrossense Erineu Soligo, 59 anos, o "Pingo", que cumpre pena em regime semiaberto, é suspeito de chefiar o maior esquema de entrada de cocaína no País.

A PF prendeu ontem em flagrante o filho dele, Jonatan Soligo, 31, por tráfico de drogas e apreendeu R\$ 20 milhões, em bens e drogas. O esquema montado pela família de Erineu partia do Mato Grosso do Sul e se-

guia até o Rio Grande do Sul, tendo o Paraná como base.

Corredor

A quadrilha tem propriedades e fazendas em Aral Moreira (MS), por onde a droga entrava no Brasil. Acredita-se que a cocaína vinha da Bolívia e Colômbia e passava pelo Paraguai. Boa parte do entorpecente era levada até o Rio Grande do Sul, onde era distribuída no Vale dos Sinos. Não se descarta que a cocaína também fosse distribuída para outros estados.

A família já chegou a distribuir drogas para uma facção criminosa de presidiários, até se tornar grande e organizada o suficiente para ter "autonomia". Desde o início das investigações, em janeiro, nove pessoas já foram pre-

sas e 108 quilos de cocaína, armas, veículos e mais de R\$ 110 mil apreendidos.

Cadeia

Erineu foi preso no Paraguai e extraditado há dois anos. Desde então, cumpre penas no Paraná, que somadas, dão mais de 40 anos de cadeia. O filho, segundo a PF, continuou os negócios. A característica da cocaína distribuída pelos dois é o alto grau de pureza, muitas vezes identificada por uma cabeça de cavalo gravada em relevo na droga prensada.

Por serem considerados pela PF como integrantes de uma das principais organizações introdutoras de cocaína no País, pai e filho serão encaminhados à Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Catanduvas.

29 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

PM admite abuso em ação

Luciana Calabria

A advogada Adréia Cândida Vítor, que afirma ter sofrido racismo e, com outros moradores do Bairro Alto, acusa policiais militares de tortura durante abordagem realizada sábado, na Rua Rio Guaíba, formalizou denúncia no Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público.

O procurador de Justiça e Coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, afirmou, com base nos vídeos divulgados pela vítima, que não há dúvidas que houve excesso dos policiais, que pertencem à 3.^a Companhia do 20.º Batalhão. Quanto à denúncia de racismo, Batisti disse que é preciso analisar o material apresentado pela defesa da vítima para afirmar se a acusação procede. A investiga-



Adréia: agressão e xingamento.

ção, que ouvirá moradores e policiais envolvidos, deve durar cerca de 60 dias.

O corregedor-geral da Polícia Militar, coronel Marcos César Vi-

nícius Kogut, também admitiu que houve abuso por parte dos policiais. Após ver parte das imagens divulgadas, ele declarou que também houve excesso da população, e ressaltou que a ação policial será apurada com rigor. Na PM, o inquérito deve durar 40 dias, mas pode ser prorrogado por mais 40.

Rigor

O caso chamou a atenção do governador Beto Richa, que divulgou nota exigindo agilidade e rigor na apuração de todas as denúncias de excessos cometidos por policiais militares ou civis. “Quando comprovado que houve abuso, a punição deve ser exemplar. Nossos policiais recebem treinamento adequado e devem tratar os cidadãos com respeito”, afirmou.

JORNAL DO ESTADO

MENSALÃO

Roberto Jefferson é condenado a sete anos

29 NOV 2012

O ex-deputado federal Roberto Jefferson, atual presidente licenciado do PTB, foi condenado ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a sete anos e 14 dias de prisão, além de multa que passa de R\$ 740 mil em valores não atualizados. O político é considerado o primeiro informante sobre o esquema conhecido como mensalão.

Para o crime de corrupção passiva, o parlamentar recebeu pena de dois anos, oito meses e 20 dias, além de 127 dias-multa no valor de dez salários mínimos cada, vigentes à época. Já para o crime de lavagem de dinheiro, foi aplicada punição de quatro anos, três meses e 24 dias, além de 160 dias-multa de dez salários mínimos cada. Como a soma está entre quatro e oito anos, o regime inicial de cumprimento deve ser o semiaberto.

Ao apresentar o voto sobre corrupção passiva, Barbosa defendeu a faixa de punição mais grave, de dois a 12 anos de prisão, para Jefferson e os demais réus que aceitaram propina, com a pena já fixada. A maioria dos ministros está aplicando a faixa de punição mais amena, de um a oito anos de prisão, que vigorou até novembro de 2003. Para Barbosa, o entendimento "é o absurdo dos absurdos, pois entra em contradição com o que o STF vem julgando sobre corrupção passiva". Para o relator, o crime de corrupção passiva se divide em duas etapas: solicitar vantagem indevida e receber vantagem indevida. A maioria dos ministros está aplicando a lei anterior porque entende que a simples solitação já é criminosa.

2ª Vara Cível é instalada oficialmente na Comarca de Irati

O prefeito Sergio Stoklos participou, neste dia 27, da solenidade de instalação da 2ª Vara Cível da Comarca de Irati, presidida pelo desembargador Miguel Kfouri Neto, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Criada pela Lei Estadual 17.253/2012 e instalada por decisão datada de 03 de setembro de 2012, a nova Vara tornará mais ágil a tramitação de processos na Comarca de Irati, que em 24 de maio de 2012 completou 85 anos de existência.

Ao longo deste período, o Poder Judiciário tem trabalhado para “dar solução adequada aos conflitos existentes, para que haja uma sociedade organizada”, afirmou o diretor da Comarca, juiz Fernando Eugenio Martins de Paula Santos Lima. Para ele, o judiciário precisa ser forte e independente, com condições de cumprir o seu papel.

Neste contexto, o diretor da Comarca enalteceu o trabalho do presidente do TJ/PR, que acatou o pedido dos advogados, do prefeito e da OAB para a criação da 2ª Vara Cível em Irati. “Nunca se fez tanto para a prestação de serviços adequados à população, foram 20 anos em dois”, afirmou Fernando Santos Lima, referindo-se ao período de quase dois anos em que TJ/PR está sendo presidido por Miguel Kfouri Neto.

Stoklos enfatizou as ações realizadas para a conquista da nova Vara. “Ações bem articuladas precederam este momento histórico significativo, mostrando que era necessário, dando elementos ao presidente do Tribunal de Justiça para que ele pudesse atender esta demanda”.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Subseção de Irati, Cesar Fernando Gaspar Fleischer, afirmou que a implantação de novas varas que vem sendo feita pelo TJ/PR segue o rumo da modernização e da celeridade. “As dificuldades que nós advogados enfrentávamos no dia-a-dia serão atenuadas, porque não é apenas mais uma Vara para Irati, é uma Vara digitalizada e estatizada, que trará maior agilidade, atendendo melhor a todos, advogados, funcionários do setor judiciário e população”, disse Fleischer.

Para finalizar, o presidente da OAB/Irati agradeceu ao TJ/PR por ter atendido aos pedidos de instalação da 2ª Vara Cível e criação do cargo de 2º juiz substituto para a Comarca de Irati. Disse também, que a nova luta da OAB será

CONTINUA

28 NOV 2012

CONTINUAÇÃO

para que sejam separadas a Vara da Família e Menores, da Vara Criminal.

Após o descerramento da placa alusiva à instalação da 2ª Vara Cível da Comarca de Irati, presidente do TJ/PR, Miguel Kfoury Neto, fez um balanço das ações que foram realizadas nos últimos anos para, em suas palavras, “tornar a justiça mais próxima das pessoas”. O desembargador comentou que permanece na presidência do TJ/PR até janeiro e que antes de deixar o cargo, serão instaladas 40 novas varas e inauguradas novas sedes para 13 fóruns.

Novo Fórum de Irati

A melhoria da infraestrutura de trabalho e de atendimento à população, com a edificação de uma nova sede para o fórum da Comarca de Irati também está programada. A atuação do Diretor da Comarca, Fernando Eugenio Martins de Paula Santos Lima, junto com os demais integrantes do judiciário, na busca pela edificação da nova sede foi comentada pelo prefeito. “O Município cedeu um terreno, com apoio da Câmara de Vereadores, para que esta construção que já está prevista, possa ser feita”, disse Stoklos.

Para a instalação da 2ª Vara Cível, o TJ/PR fez a locação de salas na Avenida Munhoz da Rocha, 353.

Presentes

Também estiveram presentes da solenidade de instalação da 2ª Vara Cível da Comarca de Irati o desembargador Jorge Wagih Massad, a juíza Mitzy de Lima Santos, a juíza substituta Thays Backes Arruda, os promotores de justiça Nilton Braga de Sampaio Júnior e Maria Luiza Correia de Mello, o prefeito de Inácio Martins Edemétrio Benato Júnior, prefeito eleito de Irati Odilon Burgath, advogados, vereadores, representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, funcionários da Comarca de Irati, e integrantes da imprensa.

28/NOV/2012

Diário dos Campos

4ª Vara Criminal deve receber já 300 processos

Edilene Santos

Foi instalada ontem à tarde, no Fórum Estadual de Ponta Grossa, a 4ª Vara Criminal – que será especializada em atendimento a casos de violência contra mulheres, crianças e idosos. Até então, processos dessa natureza tramitavam nas outras três varas – que continuam recebendo situações de tráfico de drogas, roubos, homicídios e demais delitos. A solenidade de criação da 4ª Vara Criminal foi comandada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), desembargador Miguel Kfoury Neto.

A criação de um setor específico para atender casos de violência doméstica é uma reivindicação antiga da comunidade e está previsto na Lei Maria da Penha. Kfoury destaca que a 4ª Vara Criminal foi recomendada pelo Núcleo de Estudos sobre Violência Doméstica da Universidade Estadual de Ponta Grossa. “A função é dar atendimento integral à vítima e também ao autor”, comenta a coordenadora suplente da Coordenadoria Estadual de Violência Doméstica, desembargadora Lenice Bodstein.

Segundo o diretor do Fórum, juiz Hélio Engelhardt, a 4ª Vara Criminal deverá receber já no começo cerca de 300 processos, repassados pelas demais varas. “Com certeza, esses processos tramitarão mais rapidamente e serão tratados de forma específica, com a aplicação de medidas protetivas às vítimas”, garante. Com a instalação, as outras três varas deverão ter agora em torno de 300 processos cada. Somente neste ano, aproximadamente 1,2 mil processos ingressaram nas varas criminais. De acordo com o juiz, o julgamento dos casos de crime demora, em média, de nove a dez meses, porém, os de Maria da Penha costumam ser concluídos mais rapidamente.

Kfoury lembra que apenas Curitiba e Londrina contavam com uma Vara específica para tratar de violência doméstica. Agora, além de Ponta Grossa, Cascavel e Maringá foram beneficiadas. Por enquanto ainda não foi nomeado

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

28 NOV 2012

um juiz para atuar na 4ª Vara Criminal de Ponta Grossa, mas o presidente do TJ afirma que isso vai acontecer até o mês que vem.

Novo Fórum

Para receber a nova Vara Criminal, Hélio precisou fazer uma pequena reforma no prédio do Fórum. “Ele fez um malabarismo porque o Fórum está muito pequeno para atender Ponta Grossa, está no limite”, diz Miguel Kfourri. Ainda durante a solenidade, o diretor pediu ao presidente eleito do TJ, desembargador Clayton Coutinho de Camargo, a construção de outra sede. “Ele acenou com a obra. O terreno já foi acertado com a Prefeitura”, conta Hélio. Clayton, que participou da cerimônia nesta terça-feira, tomará posse em fevereiro.

Kfourri ressalta a iniciativa. “É preciso construir um prédio grande, não só para comportar os setores já existentes, mas todos os que devem ser criados”, afirma. O evento reuniu diversas autoridades da Justiça, do Executivo, do Legislativo e outras.

28/NOV/2012

Blog Jornalismo das Américas

Justiça do Paraná proíbe imprensa de citar candidata eleita investigada por suspeita de irregularidade

Veículos de comunicação estão impedidos por determinação judicial de mencionar os nomes da candidata eleita à prefeitura de Campo Mourão, a 460 km de Curitiba, e de uma empresa de ônibus com sede na cidade, em matérias relacionadas a um suposto esquema ilegal durante o período eleitoral, informou o portal Terra.

No último final de semana, os jornais a Gazeta do Povo e Tribuna do Interior, a TV Carajás, Rádio T, Rádio Colméia, Rádio Humaitá e os sites Tásabendo.com e Coluna do Ely receberam uma notificação que os proíbe de citar Regina Dubay, atual vice-prefeita e vencedora das eleições no município paranaense. O descumprimento pode ensejar uma multa de R\$30 mil.

Dubay está sendo investigada pela Justiça Eleitoral por suspeita de ter se beneficiado na disputa à prefeitura da distribuição de passagens rodoviárias da empresa Expresso Nordeste adquiridas em licitação pelo governo municipal, de acordo com o Terra.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado Paraná (Sindjor-PR) emitiu uma nota nesta terça-feira, 27 de novembro, na qual classificou a medida judicial como "censura ao trabalho de jornalistas e órgãos de comunicação que têm o dever, e não apenas o direito, de informar a população sobre as apurações que sejam de interesse público, como está explícito neste caso".

A censura judicial tem sido apontada como o principal entrave para a liberdade de expressão no Brasil por organismos internacionais como a Sociedade Interamericana de Imprensa e a Freedom House. Em resposta a isso, o Conselho Nacional de Justiça., órgão encarregado de controlar a atuação administrativa e financeira do Judiciário, anunciou no dia 13 de novembro a criação de uma comissão especial para acompanhar processos judiciais que envolvem a liberdade de imprensa